

PARECER 324/2015

Processo nº 134/2015
TP nº 008/2015

Trata-se de manifestação da comissão de licitação fl.(451/452), solicitando parecer jurídico quanto ao recurso ofertado pela empresa ELETROMAN MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA fls.(438/444), alegando e síntese que a sua inabilitação é ilegal aos lotes 01, 02, 03, 04 e 05, aduzindo que a empresa apresentou sua capacidade técnica operacional nos termos dos itens 5.1.4, 5.1.4.3 e 5.1.4.4 do edital.

Não houve apresentação de contrarrazões dos interessados.

A comissão expediu as fls.(451/452) informações que a empresa recorrente fora INABILITADA por não apresentar os atestados de capacidade técnica devidamente registrados pela entidade competente, nos termos de exigência do edital item 5.1.4.3.

É o relatório.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Inicialmente, iremos analisar o presente caso que foi apresentado com as documentações fornecidas pela Administração Municipal e pesquisas efetuadas junto as Legislações pertinentes.

Conheço do recurso e das contrarrazões, eis que tempestivas conforme certidão carreada aos autos fl.(451/452).

A parte bem representada, passo analise de mérito do feito.

As razões recursais da empresa ELETROMAN são improcedentes, visto que apresentou seus atestados de capacidade operacional de fls.(270/272) sem o devido registro na entidade competente.

A recorrente confirma o alegado na juntada destes documentos as fls.(441/442) dos autos.

O referido atestado apresentado não está registrado na entidade competente, ou seja, CAU ou CREA, neste íterim, violando as exigências do edital.

Os referidos serviços dos lotes 01, 02, 03, 04 e 05 são de engenharia, assim como bem exigido no edital como preceitua o artigo 30 §1 da Lei 86666/93, era necessário que os participantes apresentasse os seus acervos devidamente registrados no CREA e assim o recorrente não fez, com seu acervo operacional fls.(270/272).



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

O Recorrente sequer argumentou uma linha sequer sobre este aspecto, posto que restou confirmado o erro da empresa em juntar uma acervo técnico sem os devidos registro junto à entidade de classe.

A exigência de o atestado ser registrado junto à entidade profissional de classe é expresso no edital, assim qualquer empresa que estivesse participando do certame estava obrigada/vinculada apresentar o acervo registrado na entidade de classe.

Como exigido no edital, a Lei 8666/93 em seu artigo 30 §1º demonstra que os participantes devem apresentar os atestados registrados na entidade competente, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas

as exigências a:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

A partir deste pressuposto todos os participantes estão estritamente vinculados ao edital nos termos do artigo 41 da Lei 8666/93, pois o instrumento convocatório no sistema jurídico-constitucional vigente constitui lei entre as partes, é norma fundamental na seara administrativa, *in verbis*:

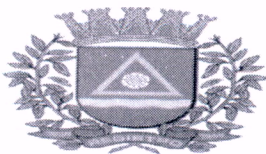
Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Assim entendo pela legalidade de todos os atos, uma vez que consta no processo a previsão legal no edital e seus anexos, assim não podendo qualquer interessado alegar ignorância ou desconhecimento das normas do edital.

Ora, o edital estava **objetivo** quanto à exigência da capacidade técnica, a execução do referido serviço é de grande complexidade ao ponto de se exigir "que os atestados fossem registrados na entidade de classe competente".

Importa registrar que o princípio da legalidade tem que ser usado junto com o princípio da supremacia do interesse público, uma vez que a Administração tem a obrigação de praticar atos que atenda a sociedade como um todo e estes atos têm que ser convenientes para esta sociedade.

Administração deve realizar suas condutas sempre velando pelos interesses da sociedade, mas nunca dispondo deles, uma vez que o



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

administrador não goza de livre disposição dos bens que administra, pois o titular desses bens é o povo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto este é o entendimento que Secretaria de Assuntos Jurídicos é pela improcedência do recurso ofertado.

Caso acolha o parecer a de comissão de licitação, deve-se comunicar imediatamente os interessados da decisão.

Encaminhe-se a SMA para as providências de estílos.

Essas seriam as considerações a serem feitas a respeito do presente pleito, sem embargo de outros entendimentos em sentido contrário, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito.

É o parecer, s.m.j

Registro, 23 de outubro de 2015.


ANTONIO MATHEUS DA VEIGA NETO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS